

Sábado

Teresina, 17 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

SAÚDE PÚBLICA

Governador diz que manterá contratos de gestão com OS

Segundo Wellington Dias, a transferência dos hospitais para organizações sociais vai melhorar a saúde pública.

CATARINA SANTIAGO
REPORTER DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) afirmou ontem que não recuará no processo de transferência da gestão dos hospitais regionais do Estado para organizações sociais (OS) sem fins lucrativos. Ele disse que a transferência em andamento da administração dos hospitais Justino Luz, de Picos, e Tibério Nunes, de Floriano, é legal e está amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele afirmou que a mudança vai melhorar o atendimento dos hospitais e a assistência à saúde da população.

"Eu sou governador do povo, e tenho de me preocupar com a correta assistência da população de todo o estado. Essa mudança de gestão vai corrigir problemas que impedem o funcionamento adequado desses hospitais e garantir o atendimento à população. É isto que estamos preocupados em fazer", afirmou Wellington à imprensa, durante a solenidade de posse do novo secretário de Turis-



Foto: CCom

GOVERNADOR Wellington Dias em evento ontem no Palácio de Karnak: gestão das OS vai melhorar a saúde do estado

mo, o deputado estadual Flávio Nogueira Júnior (PDT), na manhã de ontem no Palácio de Karnak.

A posição de Wellington foi uma resposta à recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o governo suspenda o processo de transferência dos hospitais regionais para organizações sociais até que o Tribunal realize uma auditoria completa no procedimento. O TCE-PI quer saber como vai ser o processo de transferência da gestão, os termos do contrato entre Estado e as OS e como os hospitais funciona-

rão.

A decisão foi tomada na quinta-feira, e o governador afirmou ontem ainda que não foi notificado oficialmente da recomendação. "Não fui notificado ainda. Mas o governo se baseia na consolidação do Supremo Tribunal Federal que garante a legalidade. Eu vou cumprir o que determina a lei. Isso é o melhor para o povo do Piauí", disse. Wellington defendeu a terceirização dos hospitais como uma forma de melhorar os serviços de saúde pública e reduzir os custos do Estado no setor.

Ressaltou ainda que os ser-

viços dos hospitais geridos por organizações sociais continuarão públicos e haverá um aumento significativo nos procedimentos realizados devido aos investimentos que as entidades farão. "O hospital continua público. O hospital de Picos realizava 77 cirurgias por mês e custava mais de R\$ 3 milhões por mês. Agora com menos dinheiro ele sairá de 77 cirurgias para 350 por mês. Passa também de 400 exames para 4 mil. Outros Estados trabalham dessa forma. É legal e vamos fazer o melhor pelo Piauí", finalizou Wellington.

Auditoria do TCE começa próxima semana

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Kennedy Barros, informou ontem ao Diário do Povo que a auditoria para avaliar os termos da transferência do Hospital Regional Justino Luz, de Picos (306 quilômetros ao sul da capital), começa na próxima terça-feira, dia 20. Kennedy esclareceu que a auditoria é para verificar se o procedimento de entrega

do hospital para a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), da Bahia, está sendo realizado seguindo todos os procedimentos legais.

Segundo ele, o Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí afirma que não foram ouvidos nem consultados os Conselhos Estadual e Municipal antes da celebração do contrato entre Governo e OS, o que seria uma obrigação. Kennedy

esclareceu ainda que o TCE recomendou que o governo suspenda tanto a transferência da gestão do Justino Luz até que a auditoria seja finalizada, mas que isso não invalida ou contesta a decisão do desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, que derrubou liminar que determinava a suspensão/interrupção do contrato de gestão da OS.

Para Kennedy, o Tribunal de Contas está apenas cumprindo com a sua função de fiscalizar, e espera que o procedimento mostre que não há nenhuma irregularidade. O conselheiro afirmou também que a recomendação aprovada pelo TCE é de suspensão de transferência dos outros hospitais regionais do Estado para OS, como medida preventiva. (CS)

meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



→ Atrasos

Tribunal de Contas do Estado determinou, em sessão plenária, o bloqueio das contas bancárias de 10 prefeituras e 17 câmaras municipais após atraso na prestação de contas referente a 2015

TCE-PI bloqueia as contas de 17 câmaras e 10 prefeituras

➔ O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) determinou, em sessão plenária, o bloqueio das contas bancárias de 10 prefeituras e 17 câmaras municipais. A decisão atendeu a uma solicitação do Ministério Público de Contas após a constatação de atraso na prestação de contas referente ao exercício de 2015.

O pedido de bloqueio baseou-se no levantamento realizado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM), que constatou inadimplência por parte das Prefeituras Muni-

➔ Relatório

Bloqueio baseou-se no levantamento realizado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal do TCE

cipais e câmaras superior a 30 dias na entrega de documentos relativos aos programas Sagres-Contábil, Sagres - Folha, documentação comprobatória das despesas e documentação WEB.

O atraso ou não envio das prestações de contas

por parte dos gestores fere o princípio da transparência na administração pública e compromete o trabalho de fiscalização do TCE.

As prefeituras que tiveram as contas bloqueadas foram: Amarante, Aroeiras do Itaim, Bertolinia, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Jurema, Miguel Leão, Prata do Piauí, Redenção do Gurgueia e São Braz do Piauí.

O TCE bloqueou as contas das Câmaras de Acauã, Assunção do Piauí, Avelino Lopes, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Esperantina,

Jaatobá do Piauí, Jerumenha, Lagoa Alegre, Luís Correia, Nova Santa Rita, Parnaguá, São João do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Socorro do Piauí e Tamboiril do Piauí.

DFAM/REBIO



TCE | Plenário acata solicitação do MP e bloqueia contas

CONTINUA

● O Tribunal de Contas do Estado não suspendeu a contratação de uma Organização Social (OS) para a gestão do Hospital Regional Justino Luz, em Picos. Na verdade, uma auditoria será realizada para comprovar a adequação dos valores pagos para os procedimentos médicos pelo governo do Estado. A medida cautelar foi proferida pelo conselheiro Kennedy Barros.

Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí – Domingo, 18 de outubro de 2015

Domingo

Teresina, 18 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ TERCEIRIZAÇÃO DE HOSPITAIS

Conselheiro considera "imprudente" governo não suspender terceirização

CATARINA SANTIAGO
REPORTER DE POLÍTICA

Foto: Divulgação

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Kennedy Barros, afirmou ontem ao Diário do Povo que considera imprudente o Governo do Estado não suspender o processo de transferência do Hospital Regional Justino Luz, de Picos, para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), organização social que vai administrar a partir de agora o hospital.

Segundo ele, o Estado deveria seguir a recomendação do TCE-PI e interromper a transferência enquanto os indícios de irregularidades envolvendo o processo não forem apurados pelo órgão. Na última quinta-feira, o Tribunal determinou que fosse realizada uma auditoria completa no contrato entre Estado e organização social baseado em denúncia feita Sindicato dos Médicos (Simepi).

"Já que a recomendação veio de um órgão de controle, como é o TCE, seria prudente esperar, no meu entendimento, seria um ato de boa fé. Isso não significa que não seguir o que o Tribunal disse seja um ato de má fé. Pode ser por convicção que está sendo fei-



KENNEDY BARROS afirma que é preciso primeiro apurar denúncias

to tudo corretamente, mas como não foi realizada ainda a auditoria eu não tenho como saber, por isso, considero um ato imprudente não seguir a recomendação do Tribunal", afirmou Kennedy Barros, que além de conselheiro é o relator do processo envolvendo a terceirização dos hospitais dentro do TCE-PI.

Entre as supostas irregularidades apontadas estão a não participação dos conselhos Municipal e Estadual de Saúde no processo de transferência do hospital, além da denúncia de que a Organização Social ganhadora da licitação para gerir o Justino Luz já estaria dentro do hospital antes do processo de entrega ter

sido oficializado. O Simepi também questiona a falta de esclarecimentos sobre como vão ficar a situação dos servidores do hospital, já que eles são celetistas e como serão feitos os repasses de recursos para as unidades de saúde.

Kennedy Barros frisou ainda que não há conflito entre a decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, que suspendeu liminar que proibia a continuação da terceirização do hospital de Picos. Ele afirmou que a esfera do Tribunal de Contas é controle, e não judicial, e destacou que cada órgão estão desempenhando o seu papel.

"O TCE não vai entrar na seara do Poder Judiciário, e nem deve. O Judiciário tem sua competência no processo judicial, suspendeu a limitar de Picos. A decisão do desembargador Eufrásio está valendo. Agora, no âmbito do Tribunal de Contas existe o processo administrativo e nós vamos dar andamento a ele", finalizou. A auditoria determinada pelo TCE sobre a terceirização do Justino Luz está marcada para ser iniciada na próxima terça-feira, dia 20.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Vaidade

Deu uma confusão danada no Tribunal de Justiça do Piauí a decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), de recomendar a suspensão da transferência da gestão do hospital de Picos do Governo para uma organização social.

Uma parte do TJ-PI se sentiu desrespeitada pela decisão do TCE-PI. Foi preciso a interferência de amigos comuns para acalmar os ânimos entre os dois lados.

Base legal

A recomendação do TCE-PI, evidentemente, não invalida a decisão do TJ-PI, proferida pelo desembargador presidente Raimundo Eufrásio, de cassar a liminar da juíza de Picos que mandava suspender o contrato de gestão da OS.

É a decisão de Raimundo Eufrásio, aliás, que dará a base legal a Wellington Dias para seguir em frente com o processo.

Segunda-feira


Teresina, 19 outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Themístocles diz que proposta não chegou

O presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho (PMDB), disse ontem que até o final da semana passada a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016 não havia sido encaminhada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa. O deputado disse que em conversa recente com o governador Wellington Dias (PT), o governador teria dito que "no momento oportuno" ele chamaria os presidentes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, da Procuradoria de Justiça e da Assembleia para apresentar o orçamento para o próximo ano.

Themístocles esteve em

audiência com o governador no Palácio de Karnak, no início da semana passada. A perspectiva é de que os repasses para o próximo ano sejam menores para os poderes e também para o Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

Themístocles disse que o Governo do Estado tem até o dia 31 de outubro para enviar o projeto de lei orçamentária para a Assembleia Legislativa e a votação da proposta deve acontecer até o dia 20 de dezembro. Apesar de ter pre-

ferido não falar de percentuais de orçamento estimados para a Assembleia, o deputado, em entrevista anterior ao Diário do Povo, afirmou que o orçamento de 2016 será menor.

A PREVISÃO É DE QUE OS REPASSES PARA OS PODERES SEJAM MENORES DO QUE ESTE ANO

"Eu acho que vai haver corte, mas eu não posso dizer qual é o percentual, de quanto vai ser o orçamento, porque isso compete ao governador

(Wellington Dias)

definir", afirmou Themístocles. Caso a previsão dos cortes se confirmem, o Estado contará com menos dos R\$ 8,6 bilhões referentes ao Orçamen-

to de 2015, que está em execução, para tocar a máquina em 2016. Este é o valor líquido, depois de descontados as contribuições do Estado ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e às transferências constitucionais aos municípios.

Desse total, Assembleia ficou com R\$ 281 milhões em recursos. O Tribunal de Contas do Estado ficou R\$ 96 milhões. Ao Tribunal de Justiça foram destinados R\$ 440 milhões e o Ministério Público Estadual ficou com R\$ 165 milhões. Mas em tempos de crise, os poderes parece que terão que fazer mais com menos. (CS)

Terça-Feira

Teresina, 20 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

■ HOSPITAL DE PICOS

TCE-PI inicia auditoria sobre terceirização

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) realiza a partir de hoje auditoria no processo de transferência da administração do Hospital Regional Justino Luz, localizado em Picos, 306 quilômetros de Teresina, para a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), da Bahia. A auditoria foi provocada por denúncia do Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) que apontou indícios de irregularidades no processo de transferência.

Entre as irregularidades que serão apuradas pelo TCE está a não participação dos conselhos Municipal e Estadual de Saúde na entrega do hospital de Picos para a OS, além da denúncia de que o IGH já estaria dentro do hospital antes do processo de transferência ter sido oficializado. O Simepi também questiona a falta de esclarecimentos sobre como vão ficar a situação dos servidores do Justino Luz e como serão feitos os repasses de recursos para o hospital.

O relator do processo que analisa a transferência do hospital, conselheiro Kennedy Barros, explicou que a auditoria é uma forma de garantir que a nova gestão esteja sendo feita

dentro da legalidade e sem prejuízos para a população. Kennedy recomendou também a suspensão de quaisquer atos envolvendo a transferência enquanto a auditoria não fosse finalizada.

"Eu sugeri como relator do processo que fosse feita uma auditoria, sugeri que o gestor fosse notificado em um prazo de cinco dias para prestar as informações da denúncia, como o processo está na seara do Judiciário e para não entrar nesse confronto, eu recomendei que durante o período em que vão ser feitos os esclarecimentos não fossem praticados atos, que é o que o bom senso manda", disse o conselheiro.

O governador Wellington Dias (PT) já declarou que não irá recuar no processo de terceirização do Hospital Justino Luz nem dos outros hospitais regionais. O Hospital Tibério Nunes de Floriano e o do Hospital Dirceu Arcoverde de Parnaíba também devem ser geridos por organizações sociais. Kennedy frisou que o governador não é obrigado a seguir a orientação do Tribunal de Contas, mas que seria prudente fazê-lo. (CS)

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Terceirização

O secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, vai reunir a imprensa para falar sobre o processo de transferência dos hospitais regionais para gestão de organizações sociais (OS) sem fins lucrativos. O secretário quer explicar aos jornalistas as vantagens da mudança e dizer em que medida a saúde nos municípios ganhará com as gestão.

A terceirização está começando pelo Hospital Justino Luz, em Picos.



16/10/15, 16:19

TCE bloqueia contas de dez prefeituras e 17 câmaras municipais

Imprimir

Curta Compartilhar 19

G+1 0

Tweetar 0

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí determinou, em sessão plenária realizada na manhã desta quinta-feira, 15, o bloqueio das contas bancárias de 10 prefeituras e 17 câmaras municipais. A decisão atendeu a uma solicitação do Ministério Público de Contas após a constatação de atraso na prestação de contas referente ao exercício de 2015.

O pedido de bloqueio baseou-se no levantamento realizado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM) que constatou inadimplência por parte das prefeituras e câmaras superior a 30 dias na entrega de documentos relativos aos programas SAGRES-CONTÁBIL, SAGRES-FOLHA, documentação comprobatória das despesas e documentação WEB.

O atraso ou não envio das prestações de contas por parte dos gestores fere o princípio da transparência na administração pública e compromete o trabalho de fiscalização do TCE.

Prefeituras:

Confira também

Ministério solicita bloqueio dos bens e contas dos donos da Stylo's Eventos

MPF quer o bloqueio integral de ativos de investigados na Lava Jato

Tribunal de Justiça bloqueia 8 milhões das contas do Governo do Estado

TCE determinou bloqueio das contas de quatorze prefeituras do Piauí

Amarante
Aroeiras do Itaim
Bertolínia
Dirceu Arcoverde
Dom Expedito Lopes
Jurema
Miguel Leão
Prata do Piauí
Redenção do Gurguéia
São Braz do Piauí

Câmaras Municipais:

Acauã
Assunção do Piauí
Avelino Lopes
Cristalândia do Piauí
Curimatá
Esperantina
Jatobá do Piauí
Jerumenha
Lagoa Alegre
Luís Correia
Nova Santa Rita
Parnaíba
São João do Piauí
São José do Peixe
São Miguel do Fidalgo
Socorro do Piauí
Tamboril do Piauí